



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2023080589 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de Alisson Barreto Fernandes, pela realização de perícia no Processo n. 080842914.2022.8.15.0371, movido por FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA, em face de FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA.

Data da Autuação: 18/05/2023

Parte: 3ª Vara Mista / Sousa e outros(1)



Número: **0808429-14.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **12/12/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA (REQUERENTE)		ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES (ADVOGADO)	
FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
67207256	12/12/2022 16:36	Despacho	Despacho
69904007	06/03/2023 12:54	Termo de Audiência	Termo de Audiência
73412637	17/05/2023 17:34	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0808429-14.2022.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 12 de dezembro de 2022.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 06/03/2023 12:54:52
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030612544588300000065968126>
Número do documento: 23030612544588300000065968126

Num. 69904007 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2023080589, nos termos da Lei 11.419. ADME. 44324.44861.62060.41235-3
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 18/05/2023 07:33

3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) seis dia(s) do mês de março do ano dois mil e vinte e três (06/03/2023), às 12h40min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente/conectado se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº **0808429-14.2022.8.15.0371**, ajuizada por **FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA** em face de **FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s)** o(a) Dr(a). **SANDREMARY VIEIRA DE MELO AGRA DUARTE**, Promotor(a) de Justiça, o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Adolpho Emanuel Ismael Antunes, OAB/PB 18.763, e o(a)(s) interditando(a)(s). **Ausente(s)/desconectado(a)(s):** membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência virtual, pelo MM Juiz foi dito:** A equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária não comparece ao ato em virtude de se encontrar no exercício de outras atribuições institucionais. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a), pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito: A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) não interagiu com o magistrado, havendo, ao menos aos olhos de um leigo, falta/redução de discernimento. **Permaneçam** os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). Decorrido o prazo sem impugnação, fica de logo designada a Dra. Marta Lúcia Vieira Formiga de Sena, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. Superada esta fase, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requisite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual.



E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Renata Nobre de Andrade, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0808429-14.2022.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA**, CPF/CNPJ: **ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES(074.907.224-54); FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA(038.242.124-80);**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA**, CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, Nº 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 17 de maio de 2023

<p>MARIA DE FATIMA SILVA Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica</p>	<p>Bernardo Antonio da Silva Lacerda Juiz de Direito 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE SOUSA - PB.**

FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 003.421.322, do CPF nº 038.242.124-80, residente e domiciliada no Sítio Fazenda Nova, s/n, área rural, Santa Cruz-PB, por seu advogado devidamente constituído pelo instrumento de mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 1.767 e seguintes do CC, combinado o art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil, propor a presente

**AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA
EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

em face de **FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA**, brasileira, solteira, agricultora, portadora do RG nº 5.054.616, do CPF nº 078.413.564-98, residente e domiciliada no Sítio Fazenda Nova, s/n, área rural, Santa Cruz-PB, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora não possui condições de pagar as custas e despesas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, conforme consta da declaração de pobreza em anexo. Ademais, nos termos do § 1º do art. 4º da Lei 1.060, de 5.2.1950, milita em seu favor a presunção de veracidade da declaração de pobreza por ela firmada. Desse modo, a

parte autora faz jus à concessão da gratuidade de Justiça. Insta ressaltar que entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado Democrático de Direito.

I. DOS FATOS

A curatelada é pessoa incapaz de reger os atos da vida civil (conforme laudo médico em anexo), o que impõe a necessidade de se nomear representante legal para a mesma.

A mesma era detentora de benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência (LOAS/BPC), no entanto, o referido benefício fora cessado pelo INSS (conforme extrato em anexo).

Com isso, a sua mãe (requerente), precisa regularizar sua situação de representação, para poder ajuizar ação contra o INSS buscando o restabelecimento do anterior BPC, bem como, a resolução de demais atos da vida civil correspondentes à sua filha.

Diante todo o exposto, mostra-se imprescindível a atuação do Poder Judiciário, uma vez que a curatelada, por conta do seu problema de saúde, não detém pleno discernimento da reger os atos da vida civil.

II. DOS FUNDAMENTOS DA INTERDIÇÃO

O artigo 1º do Código Civil estatui que “*toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil*”. Assim, liga-se à pessoa a ideia de personalidade, que é consagrado nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade.

É cediço que a personalidade tem a sua medida na capacidade de fato ou de exercício, que, no magistério de Maria Helena Diniz:

é a aptidão de exercer por si os atos da vida civil, dependendo, portanto, do discernimento, que é critério, prudência, juízo, tino, inteligência, e, sob o prisma jurídico, da aptidão que tem a pessoa de distinguir o lícito do ilícito, o conveniente do

Todavia essa capacidade pode sofrer restrições legais quanto ao seu exercício, visando a proteger os que são portadores de uma deficiência jurídica apreciável. Assim, segundo Maria Helena Diniz , a incapacidade é a restrição legal ao exercício dos atos da vida civil. Os artigos 3º e 4º do Código Civil gradua a forma de proteção, a qual assume a feição de representação para os absolutamente incapazes e a de assistência para os relativamente incapazes.

A incapacidade cessa quando a pessoa atinge a maioridade, tornando-se, por conseguinte, plenamente capaz para os atos da vida civil.

Entretanto, pode ocorrer, por razões outras, que a pessoa, apesar da maioridade, não possua condições para a prática dos atos da vida civil, ou seja, para reger a sua pessoa e administrar os seus bens. Persiste, assim, a sua incapacidade real e efetiva, a qual tem de ser declarada por meio do procedimento de interdição, tratado art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil, bem como nomeado curador, consoante o artigo 1.767 do Código Civil.

Posto isso, depreende-se que a curatelada faz jus à proteção, a qual será assegurada ante a sua interdição e a nomeação da parte autora como sua curadora, a fim de que esta possa representá-la ou assisti-la no exercício dos atos da vida civil, de acordo com os limites da curatela prudentemente fixados na sentença de interdição.

III. DA CURATELA PROVISÓRIA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

A prova inequívoca do déficit intelectual duradouro deflui dos elementos de convicção em anexo e dos fatos já aduzidos, os quais demonstram a incapacidade do interditando para reger a sua pessoa.

Desse modo, consubstanciada está a verossimilhança da alegação, a plausibilidade do direito invocado (*fumus boni juris*), ante a

proteção exigida pelo ordenamento jurídico pátrio aos interesses do incapaz.

Todavia, como a curatelada não detém o elementar discernimento para a prática dos atos da vida civil, torna-se temerária e incerta a adequada gestão dos recursos fundamentais à sua manutenção.

Assim, demonstrado está o fundado receio de dano de difícil reparação (*periculum in mora*) ao patrimônio e a vida da curatelada, até a efetivação da tutela pleiteada.

Destarte, mister a concessão de medida liminar de antecipação de tutela, consoante o art. 300 do Novo Código de Processo Civil, de modo a nomear a autora como curadora provisória ao interditando.

IV. DA AUDIÊNCIA DE INTERROGATÓRIO VIRTUAL

Excelência, diante da dificuldade em locomoção da curatelada, Requer a Vossa Excelência a realização de audiência de interrogatório de forma *on line*.

V. DO PEDIDO

Diante do acima exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da gratuidade de Justiça, haja vista que a parte autora é pobre no sentido jurídico do termo;
- b) a concessão de liminar de antecipação dos efeitos da tutela, com a nomeação do(a) autor(a) como curador(a) provisória a curatelada, a fim de que aquela possa representá-la nos atos da vida civil, sobretudo na adequada gestão dos recursos fundamentais à sua manutenção.
- c) a citação da curatelada para que, em dia a ser designado, seja efetuado sua entrevista, nos termos do art. 751 do Novo CPC;
- d) seja concedido prazo legal para que a curatelada possa apresentar impugnação nos termos do art. 752 do Novo CPC;

5) a representação da curatelada nos autos do procedimento pelo digno Membro do Ministério Público, nos termos do § 1º do art. 752 do Novo CPC;

6) seja julgado procedente o pedido, confirmando-se a antecipação da tutela, decretando a interdição da curatelada para nomear em definitivo a parte autora como curadora, que deverá representá-la ou assisti-la em todos os atos de sua vida civil, de acordo com os limites da curatela prudentemente fixados na sentença.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, que ficam desde já requeridos, ainda que não especificados.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais), para fins de alçada.

Nestes Termos,

Espera Deferimento.

Santa Cruz – PB, 12 de dezembro de 2022.

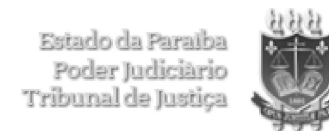
ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES

OAB/PB 18.8763



Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Ajuda ⓘ (<http://suporte.tjpb.jus.br>)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: *

23/06/1982

Sexo: *

Masculino



Nome Social:

CPF: *

046.443.074-75

Identidade: *

2648967_____

Órgão: *

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: *

21290632482

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: *

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: *

Pombal

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Endereço *

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Pombal

Bairro ?

Centro

Logradouro *

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA

Número * ?

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	<div></div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

05215

Conta: *

643335

Tipo conta: *

Corrente

Gravar cadastro



Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.080.589

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Trata-se de pedido de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0808429-14.2022.8.15.0371, movido por FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA, CPF 038.242.124- 80, em face de FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA, CPF 078.413.564-98, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, inciso IV, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art.95, § 3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na Tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela em anexo, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Pelos documentos acostados aos autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários

finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando, apenas, a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório, a fim de possibilitar o pagamento respectivo.

Consultando o sistema de cadastro de peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do perito Alisson Barreto Fernandes se encontra ativo.

Autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhe-se os autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para que, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0808429-14.2022.8.15.0371, movido por FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA, CPF 038.242.124- 80, em face de FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA, CPF 078.413.564-98, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 18 de maio de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: **0808429-14.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **12/12/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA (REQUERENTE)		ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES (ADVOGADO)	
FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
73499593	18/05/2023 17:58	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.080.589 - referente a requisição de reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo nº 2023.080.589

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico

Assunto: Honorários periciais nos autos da Ação Nº 0808429-14.2022.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00– valor arbitrado nos termos de fls.08

Informação Orçamentária

Atendendo despacho anterior, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação poderá, a critério da Direção Superior desta Corte de Justiça, após os procedimentos administrativos que se fizerem necessários, ocorrer por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI nº 12.561 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023**, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. de Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc. Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas.	760

* Reservas nºs. 421 e 422

GEORC, em João Pessoa, 22 de Maio de 2023

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Número: **0808429-14.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **12/12/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA (REQUERENTE)		ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES (ADVOGADO)	
FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76223396	18/07/2023 08:46	Laudo Pericial - 0808429-14.2022	Ofício (Outros)
76223395	18/07/2023 08:46	Certidão	Certidão



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
3ª Vara Mista de Sousa

Processo N°: 0808429-14.2022.8.15.0371
INTERDIÇÃO (58) [Curatela]
REQUERENTE: FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA
REQUERIDO: FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição n° 0808429-14.2022.8.15.0371 0808429-14.2022.8.15.0371

Aos 02(Dois) dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três (02/06/2023), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exm° Dr. **Bernardo Antônio da Silva Lacerda**, Juiz de Direito da 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, exercendo atividades no CENTRAL MÉDICO, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Em frente à Praça Bom Jesus, Sousa-PB, a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição n° 0806484-26.2021.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) **FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA**. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado. Eu, _____, Maria de Fátima Silva, Técnica Judiciária, digitei-o e subscrevo.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito

Alisson Barreto Fernandes
Médico-Psiquiatra
CRM: 7218/PB RQE 6533
Membro Titular da Associação de psiquiatra

Médico

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Processo N°: 0808429-14.2022.8.15.0371
INTERDIÇÃO (58) [Curatela]



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 02/06/2023 11:21:01
<https://pje.tpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2306021121008670000069953399>
Número do documento: 2306021121008670000069953399

Num. 74228467 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 18/07/2023 08:46:47
<https://pje.tpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071808464634700000071799593>
Número do documento: 23071808464634700000071799593

Num. 76223396 - Pág. 1

REQUERENTE: FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA
REQUERIDO: FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA

MÉDICO NOMEADO: Dr. Dr. ALISSON BARRETO FERNANDES

RG: 5.054 616

CPF: 078.713.564-98

QUESITOS

INTERDITANDO(A):

FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R: É PORTADORA DE PARALISIA CEREBRAL
E RETARDO MENTAL GRAVE, E EPILEPSIA,
DE CARÁTER PERMANENTE E
IRREVERSÍVEL.

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HA' PARALISIA CEREBRAL ATÁXICA,
CID-10: G80.9.

DOENÇA NEUROLÓGICA
E PROMOTIVO-ENTORNO E SENSITIVO.

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: NÃO HA' COMPROMETIMENTO
SENSORIAL.

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: RETARDO MENTAL GRAVE,
CID-10: F72.1

(DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL)

Alisson Barreto Fernandes
Médico-Psiquiatra
CRM: 7218/RB RDE 6533
Membro Titular da Associação de psiquiatras



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 02/06/2023 11:21:01
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060211210086700000069953399>
Número do documento: 23060211210086700000069953399

Num. 74228467 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 18/07/2023 08:46:47
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071808464634700000071799593>
Número do documento: 23071808464634700000071799593

Num. 76223396 - Pág. 2

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: HÁ RETARDO MENTAL GRAVE,
DELORE DE HIPOXIA PERINATAL,
POR TRABALHO DE PARTO PROLONGADO,
CID-D12.21

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: GRAVE (RETARDO MENTAL GRAVE)

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM. HÁ GRAVE COMPROMETIMENTO
DO DISCERNIMENTO, E GRAVE COMPROMETIMENTO
DA CAPACIDADE DE SE EXPRESSAR.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

HÁ ANÁLISE CEREBRAL COM
Sousa-PB, 3106/23 GRAVE COMPROMETIMENTO
MOTOR E DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL GRAVE, É TOTAL
MENTE INAPAZ P/ ATOS DA
VIDA CIVIL, E É TOTALMENTE
INAPAZ P/ O LABOR.

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Alisson Barreto Fernandes
Médico-Psiquiatra
CRM 7218/PB RQE 6533
Membro Titular da Associação de psiquiatria



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA # 02/06/2023 11:21:01
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23060211210086700000069953399>
Número do documento: 23060211210086700000069953399

Num. 74228467 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 18/07/2023 08:46:47
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071808464634700000071799593>
Número do documento: 23071808464634700000071799593

Num. 76223396 - Pág. 3



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
3ª Vara Mista de Sousa

PROCESSO Nº 0808429-14.2022.8.15.0371

INTERDIÇÃO (58)
[Curatela]

REQUERENTE: FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA
REQUERIDO: FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

3ª Vara Mista de Sousa-Pb, 18 de julho de 2023.

MARIA DE FATIMA SILVA

Técnico Judiciário





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2023.080.589

Requerente: 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Trata-se de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de honorários do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0808429-14.2022.8.15.0371, movido por FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA, CPF 038.242.124- 80, em face de FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA, CPF 078.413.564-98, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária, pela Gerência de Programação Orçamentária – fl. 22 – foi trazido para os presentes autos o Laudo pericial de fls. 24/26.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Alisson Barreto Fernandes, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de honorários do Perito honorários do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75,

PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo 0808429-14.2022.8.15.0371, movido por FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA, CPF 038.242.124-80, em face de FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA, CPF 078.413.564-98, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 19 de julho de 2023.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



19/07/2023

Número: **0808429-14.2022.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **12/12/2022**

Valor da causa: **R\$ 1.212,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA DO NASCIMENTO SANTANA (REQUERENTE)		ADOLPHO EMANUEL ISMAEL ANTUNES (ADVOGADO)	
FRANCISCA DAS CHAGAS SANTANA (REQUERIDO)		MARTA LUCIA VIEIRA FORMIGA DE SENA (ADVOGADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76323730	19/07/2023 14:17	Comunicações	Comunicações

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2023.080.589 - referente ao pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de honorários do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, PIS/PASEP 21290632482, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo em referência.

Robson Cananéa - Diretor Especial

